



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS NO ENSINO  
REGULAR EM ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE  
REMÍGIO-PB**

**JÉSSICA KELLERY LEVINO DA COSTA ANDRADE**

**Areia - PB**  
**Abril – 2013**

**JÉSSICA KELLERY LEVINO DA COSTA ANDRADE**

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS NO ENSINO  
REGULAR EM ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE  
REMÍGIO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal  
da Paraíba – Centro de Ciências  
Agrárias, como requisito básico para  
obtenção do título de Licenciada em  
Ciências Biológicas.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger

**Areia - PB**  
**Abril – 2013**

JÉSSICA KELLERY LEVINO DA COSTA ANDRADE

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger**

Orientadora – UFBP – CCA

---

**Prof<sup>ª</sup>. Msc. Andreza Polia**

Examinadora – UFPB - PRAPE

---

**Prof. Dr. Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho**

Examinador – UFPB - CCA

A cada vitória o reconhecimento devido ao meu bom Deus, pois só ele é digno de toda honra, glória e louvor. Senhor, obrigada pelo fim de mais essa etapa.

A minha mãe Josefa Levino da costa, pelo amor e dedicação que sempre teve comigo, por ter sido a peça fundamental para que eu tenha me tornado a pessoa que sou hoje.

A meu namorado José Francisco de Lima Neto pelo amor, carinho, dedicação e incentivo.

**DEDICO**

## AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, que me deu força e coragem para não desistir durante toda essa longa caminhada.

A minha amada mãe, por ser tão dedicada e amiga, por sempre está comigo em todos os momentos difíceis da minha vida, batalhando sempre para eu conseguir concluir o curso.

Ao amor da minha vida José Francisco de Lima Neto pelo apoio, amor e dedicação que tem comigo, sempre estando ao meu lado me fazendo acreditar que nada é impossível.

A minha tia Aninha pelo carinho, apoio e confiança.

As minhas primas Carla e Tâmara pela torcida, ajuda e incentivo.

Ao meu pai Jailson Andrade pela ajuda para concluir meus estudos.

As minhas amigas Renata, Lidiane, Janaína Moreira, pela verdadeira amizade que construímos durante o curso e por todos os momentos que passamos juntas durante esses quatro anos, sem vocês essa trajetória não seria tão prazerosa.

Aos meus amigos e colegas de turma que participaram da minha vida acadêmica, em especial: Fabrícia, Elisângela, Rayssa, Janaína Matias, Núbia, Raiany, Layne, Joallyson, com quem convivi com muita alegria, pelas ótimas histórias, pela amizade e por ter tornado minha vida acadêmica mais divertida.

Ao Centro de Ciências Agrárias da UFPB, por me proporcionar uma formação acadêmica.

À minha orientadora, Prof<sup>ª</sup> Dra Ana Cristina Silva Daxenberger, pela paciência, orientação e carinho.

A todos meus professores do CCA, pela paciência, dedicação e ensinamento disponibilizado nas aulas, cada um de forma especial.

À banca examinadora, Prof<sup>ª</sup>. Msc. Andreza Polia e Prof. Dr. Rosivaldo Gomes por ter aceitado o convite de participar de minha defesa e pelas contribuições nesse trabalho.

Enfim, a todas as pessoas que contribuíram de alguma maneira para a realização desse trabalho.

## **LISTA DE SIGLAS**

**AEE** = Atendimento Específico Educacional

**APAE**= Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

**CCA** = Centro de Ciências Agrárias

**CNE** = Conselho Nacional de Educação

**CEDF**=Conselho de Educação do Distrito Federal

**CEB** = Câmara de Ensino Básico

**EJA**= Educação para Jovens e Adultos

**ECA** = Estatuto da Criança e do Adolescente

**FUNAD** = Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência

**LDB** = Lei de Diretrizes e Bases

**LDBEN** = Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**LIBRAS** = Língua Brasileira de Sinais

**MEC** = Ministério da Educação e Cultura

**NEE** = Necessidades Educativas Especiais

**ONU** = Organização das Nações Unidas

**PCN** = Parâmetros Curriculares Nacionais

**PROEJA** =Programa de Educação de Jovens e Adultos

**SEESP** = Secretaria de Educação Especial

**UNESCO** = Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

**UFPB** = Universidade Federal da Paraíba

## **LISTA DE QUADROS**

|  |    |
|--|----|
| QUADRO 1 – Perfil dos participantes da pesquisa..... | 24 |
|--|----|

## **LISTA DE APÊNDICES**

|   |    |
|---|----|
| APÊNDICE (1) - Termo de autorização a diretora da escola.....           | 54 |
| APÊNDICE (2) – Termo de Autorização da Secretaria de Educação.....      | 55 |
| APÊNDICE (3) – Modelo de entrevista para os gestores da escola.....     | 56 |
| APÊNDICE (4) – Modelo de entrevista para os professores.....            | 57 |
| APÊNDICE (5) - Modelo de entrevista para a secretaria de educação.....  | 58 |
| APÊNDICE (6) – Modelo de entrevista para a coordenadora pedagógica..... | 59 |

## RESUMO

A presente pesquisa visou compreender e avaliar como está se constituindo o processo de inclusão de uma escola do sistema público municipal de educação, na cidade de Remígio, no estado da Paraíba, relacionado, especificamente em relação às pessoas com deficiência. Adotou-se o método de abordagem qualitativa com ênfase na pesquisa de campo, a coleta de dados foi feita a partir de análise documental, observações diretas e questionários, os quais foram aplicados para dois gestores, uma coordenadora pedagógica, a secretaria de educação do município e onze professores. Os dados foram categorizados segundo Bardin (1979), e analisados à luz dos fundamentos teóricos e documentos legais. O critério de escolha desta escola se deu por esta apresentar um grande número de matrículas de alunos com necessidades especiais matriculados na rede municipal, além ser considerada uma escola inclusiva pela Secretaria de Ensino do Município. A partir dos resultados obtidos verificou-se que os entrevistados conhecem de forma incipiente o tema inclusão, bem como sentem falta de formação continuada, alegando assim sentirem despreparados para atuarem de forma mais efetiva nesse processo. Sendo assim, esta pesquisa aponta os avanços e dificuldades encontrados pela escola para que possa se constituir como inclusiva. Uma vez que cabe a todos os envolvidos no processo educativo: alunos, professores, gestores, coordenadores e sociedade ter consciência e respeito com as diferenças, para que todos independente de suas necessidades educativas sejam realmente valorizados, incluídos e capazes de frequentar uma escola.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar, igualdade de oportunidades, Necessidades Educativas Especiais.

## **ABSTRACT**

The present research aimed at understand and evaluate how is forming the inclusion process of a school at the municipal public system of education, in Remígio city, in the state of Paraíba, specifically related to individuals with disability. It was adopted the method of qualitative approach with emphasis on fields research, the data collection was made from document analysis, direct observation and questionnaires, which were applied to two managers, the pedagogical coordinator, the municipal secretary of education and eleven teachers. The data was categorized according Bardin (1979), and analyzed the light of the theoretical fundamentals and legal documents. The criterion to choice this school occurred because its possess a large number of enrollment of students with special needs enrolled on municipal chain, besides being considered an inclusive school by the Department of Education of the city. From the results obtained it was found that the interviewees know incipiently the inclusion theme, as they miss the continuous formation, claiming that feel unprepared to act more effectively in this process. Thus, this research point to the advances and difficulties found by the school to that can build itself as inclusive. Once that it is up to all involved in the educational process: students, teachers, managers, coordinates and society to have conscience and respect with the difference, for everybody, independent of their educational needs are really valued, included and able to attend a school.

**Keywords:** School inclusion, Equality of opportunities, Special Needs Education.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>I. INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>11</b> |
| <b>II. A ESCOLA INCLUSIVA: ELUCIDAÇÕES CONCEITUAIS.....</b>                | <b>13</b> |
| 2.1 ELEMENTOS IMPORTANTES PARA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA.....     | 17        |
| 2.1.1 ADAPTAÇÃO CURRICULAR.....  | 19        |
| 2.1.2 O PROFESSOR.....   | 21        |
| <b>III. METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>                                   | <b>23</b> |
| <b>IV. ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS.....</b>                             | <b>28</b> |
| 4.1 Concepções sobre Inclusão Escolar pelos Participantes da Pesquisa..... | 28        |
| 4.2 Alunos com deficiência.....  | 30        |
| 4.3 Papel do gestor .....  | 31        |
| 4.4 Formação dos Professores.....  | 32        |
| 4.5 Prática docente para inclusão.....                                     | 34        |
| 4.6 Relacionamento Interpessoal e Família.....                             | 39        |
| 4.7 Estrutura Física.....  | 42        |
| 4.8 Dificuldades enfrentadas.....  | 43        |
| 4.9 Rendimento escolar.....  | 45        |
| <b>V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>48</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>50</b> |
| <b>APÊNDICES.....</b>  | <b>53</b> |

## I – INTRODUÇÃO

O discurso de educação inclusiva vem ganhando espaço com o passar do tempo, o qual vem se caracterizando por defender uma educação democrática, de qualidade que visa atender todas às pessoas, considerando a diversidade humana.

A garantia de uma boa educação para todos consiste na mudança de vários fatores na escola, no que implica não somente a aceitação, mais também a valorização das diferenças. A educação inclusiva acredita que a convivência com a diversidade possibilita maiores alternativas de desenvolvimento acadêmico e social ao aluno com NEE. Mader (1997) fala que a inclusão considera a diferença como algo inerente à relação entre os seres humanos.

A história da inclusão no Brasil é um fato recente, o qual podemos datar na década de 1980, quando ela apareceu inicialmente em forma de leis, documentos, decretos e hoje vem ganhando espaço na sociedade. A educação inclusiva focaliza a educação do aluno considerando suas necessidades e particularidades, com a intenção de incluir a todos nas classes regulares da rede de ensino. De modo que a educação passa a ser um direito de todos e dever do Estado, no qual é garantido à universalidade e equidade para todos os indivíduos.

Esta pesquisa constitui-se por uma discussão sobre os desafios da educação inclusiva na rede municipal de ensino, a partir de um estudo em uma escola pública no ensino regular do município de Remígio, estado da Paraíba, a fim de identificar se a escola está se caracterizando como uma escola inclusiva além de observar as dificuldades e avanços enfrentados por gestores, coordenadores pedagógicos, professores para que se possa assegurar uma educação de boa qualidade para todos, desenvolvendo assim, as orientações nacionais e internacionais sobre a Inclusão Escolar.

O presente trabalho está dividido em três capítulos, o primeiro é constituído pelos aspectos conceituais sobre uma escola inclusiva, segundo os principais teóricos e estudos da área (AMARO, 2006; CARVALHO, 2004; MANTOAN, 2005; STAINBACK E STAINBACK, 1999) e documentos legais nacionais e internacionais.

No segundo capítulo temos a apresentação dos métodos e materiais utilizados no trabalho, de modo à explicitar quais foram os instrumentos de pesquisa, quem foram os participantes, quais foram os critérios de escolha do lócus de pesquisas e participantes e como se organizou a análise dos dados.

No terceiro capítulo temos as discussões da análise dos dados baseados nos fundamentos teóricos e legais que justificam a inclusão. E por fim, apresentamos as considerações finais do trabalho.

A pesquisa teve como objetivo geral avaliar como está se constituindo o processo de inclusão de uma escola do sistema público municipal de educação, na cidade de Remígio, relacionado, especificamente em relação às pessoas com deficiência. E como objetivos específicos:

- ✓ Observar se há o atendimento necessário as demandas dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- ✓ Avaliar o desempenho e rendimento escolar dos alunos com necessidades Educacionais especiais, nos últimos dois períodos letivos;
- ✓ Compreender as dificuldades que os alunos com necessidades especiais enfrentam nas salas de aula do ensino regular;
- ✓ Compreender como os professores estão construindo suas práticas inclusivas dentro do ambiente escolar;
- ✓ Identificar se os professores recebem algum apoio pedagógico ou formação continuada relacionado ao atendimento educacional especial;
- ✓ Analisar a estrutura física da escolar em relação à acessibilidade;
- ✓ Compreender como os gestores têm proporcionado ações propositivas para a construção de uma escola inclusiva;
- ✓ Identificar os avanços e dificuldades que a escola possa encontrar para se constituir como uma escola inclusiva;

## II - A ESCOLA INCLUSIVA: ELUCIDAÇÕES CONCEITUAIS

Para compreender o que é realmente uma escola inclusiva, precisa-se antes de tudo ter o conhecimento do que se trata inclusão. O conceito dessa palavra vem como sendo o ato ou mesmo o efeito de incluir (inserir, abranger). De maneira que na educação essa palavra tem um significado bem mais amplo; significa a valorização, a aceitação de todos no processo educativo. Ou seja, “a educação é um direito humano incondicional a todas as pessoas, nada podendo restringi-lo”. (MANTOAN, 2006, p. 185). Chamamos, então, de escola inclusiva aquela escola em que todos fazem parte, que todos são aceitos, aquela que exercita novos olhares para o conhecimento, se diferenciando da educação convencional. Uma forma de educar que prioriza a aprendizagem de todos, aceitando suas diferenças para que possam vivenciar as mais variadas formas e chances de igualdade social.

Para Mantoan (2005, p.24), inclusão

[...] é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, interagir com o outro.

Os séculos anteriores ao XX foram marcados por serem construídos de muitos preconceitos pela sociedade em relação às diferentes religiões, etnias, situações econômicas, etc. Foi também marcado, principalmente, pelos maus-tratos bárbaros e pelo isolamento de pessoas que nasciam com alguma deficiência. Os mesmos não eram permitidos agir semelhante aos demais componentes da sociedade, seus direitos eram reduzidos ou simplesmente não existiam, o que dessa forma produzia múltiplas consequências e efeitos drásticos nas suas vidas. A educação para com essas pessoas com necessidades especiais era prejudicada, elas eram excluídas do sistema escolar, a fim de se evitar qualquer aproximação com os ditos “normais”. Como relata Stainback e Stainback (1999, p.28):

Os alunos com deficiência eram encarados como obstáculos para o funcionamento tranquilo das escolas e das salas de aula, pois careciam de habilidades para enfrentar as exigências acadêmicas e disciplinares. Achava-se que sua presença prejudicaria a aprendizagem dos outros alunos ou que até mesmo teria uma influência moral subversiva.

Essa relação da sociedade com a população formada por pessoas com deficiências foi no decorrer do tempo se modificando, durante séculos essas pessoas com necessidades

especiais foram consideradas seres diferentes e a margem dos grupos sociais, mas a partir do momento que os direitos do homem à igualdade e à cidadania tornaram motivo de preocupação, algumas mudanças na história começaram a ocorrer.

Eventos e acordos internacionais foram de suma importância para impulsionar a criação de uma política educacional mais justa para todos, sobretudo, para as pessoas com necessidades especiais (N.E). O primeiro documento relevante nesse ponto foi a Declaração dos Direitos Humanos, adotado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), proclamado no dia 10 de dezembro de 1948, na qual afirma que “Todos os homens nascem iguais em liberdade e em direitos”.

Em 1961, com a homologação da Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61, a educação da pessoa com algum tipo de NEE passou a ser enquadrada no sistema geral de educação. Depois a LDB nº 5.692/71 passa a garantir para alunos com N.E um tratamento especial, mas não ressalta as orientações específicas de como realizar os atendimentos a essas pessoas com deficiências.

Com a promulgação da Constituição Federal (1988), a educação é afirmada como *“direito de todos e dever do Estado e da família [...] visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”* (art. 205). Um direito constitucional, o qual se busca o melhor para cada educando, de maneira que não seja uma seleção voltada para poucos e sim para todos, na qual a diversidade deve ser respeitada havendo uma aceitação e reconhecimento político das diferenças. Uma vez que, à medida que a pessoa com necessidade especial tiver seu direito exercido, estiver em contato com novos desafios, novas experiências, essa pessoa estará construindo sua identidade, na qual estará sendo respeitada e tratada de forma igualitária.

Entre esses eventos, destaca-se também a Declaração Mundial de Educação para Todos, resultado da Conferência Mundial de Educação, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, a qual discute a educação para o século XXI e traz orientações na área de Políticas Públicas para o melhor atendimento às dificuldades básicas das pessoas com NEE, para que houvesse a universalização da educação para todos. Nesse mesmo ano 1990 é aprovado no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90. Esta lei coloca os mesmos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990 diz no:

Art. 53: A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
  - III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
  - IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
  - V- acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência;
- Art. 54: É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
- III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Ainda apresentando, uma sequência lógica sobre os documentos oficiais nacionais e internacionais, em 1994, editou-se a Declaração de Salamanca, principal documento sobre diretrizes para as pessoas com deficiência, oriunda da conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994). Ela aponta diretrizes e normas para que seus signatários possam assumir o compromisso de incluir e tornar efetiva a participação das pessoas com deficiências no sistema educacional comum (regular). Foi a partir dessa declaração que se começou a vivenciar um momento que busca romper com a exclusão no processo educacional, garantindo assim que as pessoas com deficiências sejam parte integrante desse sistema.

Neste sentido, a terceira linha de ação da Declaração de Salamanca (1994, p. 17), define:

que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas, desfavorecidos ou marginalizados.

Essa linha apresenta como objetivo a inclusão sem nenhuma distinção, independentemente de suas habilidades, de maneira que acolha a todos e responda as necessidades de aprendizagem. Pois as pessoas são diferentes, têm necessidades diferentes e o cumprimento da lei exige que seja garantida a essas pessoas condições apropriadas de educação, de forma que todos possam usufruir das oportunidades existentes.

Depois da promulgação oficial da Constituição Federal de 1988, a LDB foi reformulada, por ter sido considerada antiquada no decorrer dos fatos, ela é promulgada com o título de LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei nº 9.394/96, que afirmar em seu artigo 3º que:

- O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
  - II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
  - III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
  - IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
  - V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extraescolar;
- XI – vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais

De acordo com a LDBEN 9.394/96, Capítulo V, Artigo 58, a Educação Especial é “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos portadores de necessidades especiais”. No inciso 3º, do referido artigo é definido que: “a oferta da educação especial, é dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil”. Esse modelo de educação exige um novo olhar diante do ensino, do ato de ensinar e da forma como o aluno aprenderá.

As Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB, 2001) indica que as escolas devem ser organizadas de acordo com as NE dos alunos matriculados, priorizando a diversidade e assegurando uma educação de qualidade para todos.

Assim a educação inclusiva, dá suporte aos alunos com NE, exige um novo olhar diante do ensino, das adequações nos espaços físicos, dos procedimentos didáticos, das avaliações, da temporalidade de cada um, busca o melhor para cada educando. O respeito à diferença, ajustando o ensino e a aprendizagem às necessidades dos alunos, valorizando mais o potencial do que a incapacidade.

A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Você não pode ter um lugar no mundo, sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. Além disso, para nós, professores, o maior ganho está em garantir o direito à educação. (Mantoan, 2005, p.25).

O ato de incluir, não deve se constituir em simplesmente matricular o aluno no ensino regular, mais sim assegurar o acesso, a permanência e o aprendizado do indivíduo na escola, valorizando as diferenças. A inclusão escolar segundo Aranha (2001) refere-se à maneira de inserir alunos com deficiências em classes comuns, de forma que esteja acolhendo-o, dentre a diversidade que constitui esse espaço. Essa proposta implica em uma nova atitude da escola comum, ações que mudem a metodologia de ensino, as avaliações e atitudes dos educadores para que favoreçam a integração social e as diversidades existentes na escola. A escola inclusiva é aquela que “deve acomodar todas as crianças, independentemente, de suas condições intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras” (SALAMANCA, 1994).

Segundo Fonseca (2003, p.23):

A educação inclusiva tem como intenção assegurar a todos os estudantes, sem exceção, a igualdade de oportunidades educativas, para que os mesmos possam usufruir serviços educativos de qualidade e de outros apoios complementares que os preparem adequadamente para a vida futura.

A escola inclusiva é a construção de um novo paradigma, ou seja, é definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças sem exceção, sendo democrática, de qualidade na qual a diversidade está se tornando mais norma do que exceção.

Na escola inclusiva, a maioria das propostas educativas, busca a autonomia do indivíduo, com o objetivo de igualdade de oportunidades em vista ao desenvolvimento de habilidades, talentos pessoais, papéis sociais, relacionadas ao contexto de vida. De acordo com Amaro (2006, p.41) a construção da autonomia é um dos importantes pontos para a construção de uma educação de qualidade. Autonomia nessa perspectiva significa poder pensar, se posicionar em relação a algo, agir com responsabilidade e comprometimento, aceitar os diversos pontos de vista do outro, para que assim o indivíduo passe a ser aceito da forma que é podendo exercer seu direito de cidadania.

## **2.1 ELEMENTOS IMPORTANTES PARA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA**

É indispensável compreendermos bem os conceitos relacionados à inclusão escolar e social para que possamos ser participantes ativos na construção de uma sociedade que seja realmente para todas as pessoas, independentemente de sua cor, idade, gênero, tipo de deficiência e qualquer outro atributo pessoal. Segundo Stainback e Stainback, (1999, p.27) “[...] ensinamos os alunos através do exemplo de que, apesar das diferenças, todos nós temos direitos iguais. Em contraste com as experiências passadas de segregação, a inclusão reforça a prática da ideia de que as diferenças são aceitas e respeitadas”.

Por isso, é importante ressaltar, conforme Schaffner e Buswell (1999), os dez elementos críticos para a criação de comunidades de ensino inclusivo e eficaz, que reforça que os princípios da inclusão não se aplicam apenas aos alunos com deficiência, mas a todos os alunos e que as boas escolas contribuem para o sucesso de todos (as). As autoras apresentam dez “fazeres” para a criação de escolas inclusivas; Primeiro passo constituir uma filosofia comum e um plano estratégico, para a criação de uma escola inclusiva de qualidade. Podendo inferir que é necessário explicitar os princípios democráticos e igualitários da inclusão.

Necessariamente, este compromisso precisa ser compreendido e afirmado pelos diferentes atores da escola, para que todos possam ser bem recebidos e apoiados como membros participantes das classes regulares. Segundo passo proporcionar uma liderança forte, ou seja, o (a) diretor (a) reconhecer sua responsabilidade e garantir o apoio às tomadas de decisão e ao investimento na qualificação dos educadores e na priorização de ações que possam colaborar nos avanços do processo.

Um diretor deve ser firme e resoluto quando surgirem os desafios, apoiando todos os alunos. Se o diretor de escola transmite ambivalência com relação às políticas de inclusão e de defesa de todos os alunos, os membros da sua equipe também vacilarão e o ensino inclusivo não terá êxito. (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p.72).

Terceiro passo promover culturas no âmbito da escola para que acolham, apreciem e acomodem a diversidade, ajudando a criar um ambiente escolar cada vez mais diversificado, onde todos possam ser reconhecidos e valorizados se relacionando para o bem comum. Quarto passo desenvolver redes de apoio, essas redes se colocam para ajudar os professores e os alunos que precisem de estímulos e de assistência. Quinto passo usar processos deliberativos para garantir a responsabilidade, com isto envolver a todos (as) para gerar uma maior possibilidade de acertos, ou seja, equipes criarem um planejamento satisfatório e contínuo para todos os alunos. Em seu sexto passo enfatiza que tem que desenvolver uma assistência técnica organizada e contínua para todos os membros da escola, uma vez que dessa forma estará incorporando uma cultura rica de aceitação e inserção de todos os alunos. No seu sétimo passo fala que se deve manter a flexibilidade, enfrentando desafios, experimentando coisas novas, assumindo riscos; agindo dessa maneira estará apoiando os alunos com dificuldades na participação de atividades da escola, que são fazeres fundamentais para a formação de uma escola inclusiva. No oitavo passo, o autor indica que é necessário examinar e adotar abordagens de ensino efetivo necessita-se que o educador use várias metodologias de ensino para favorecer a necessidade de seus alunos.

Levando-se em consideração as ideias de Stainback e Stainback (1999, p. 81) que destacam:

Educar eficientemente alunos com diferentes níveis de desempenho requer que os educadores usem várias abordagens de ensino para satisfazer às necessidades de seus alunos. Os professores frequentemente necessitam fazer uma reavaliação das práticas de ensino com as quais se sentem mais à vontade, para determinar se estas são as melhores maneiras possíveis de promover a aprendizagem ativa de resultados educacionais desejados para todos os alunos da turma.

No nono passo é comemorar os sucessos e aprender com os desafios, é acreditar no sucesso de seus alunos, acreditando sempre no seu aprendizado. O décimo e último passo é

estar ciente do processo de mudança, mas não permitir que ele o paralise. De acordo com Stainback e Stainback (1999, p. 83):

Os educadores que mudaram com êxito suas práticas educacionais para criar escolas inclusivas e de qualidade relatam que uma visão progressiva da mudança, em que os indivíduos movem-se passo a passo através do processo e em que novos passos só são dados quando todos estão “na mesma página”, não é necessariamente uma visão eficiente. Na verdade, a movimentação em fases ou outros processos sequenciais para a implementação desse tipo de mudança educacional realmente atrasa a aceitação e permite aos que se opõem à mudança mais tempo para organizarem-se.

A importância desses dez elementos críticos para a criação de ensino inclusivo e eficaz decorre da necessidade da união de escolas e da comunidade no sentido de garantir os princípios da educação de boa qualidade a todos (as). Dessa maneira, incluir consiste em assegurar às pessoas com necessidades especiais à participação ativa na sociedade, de modo que sejam tratados igualmente, respeitados e tenham seus direitos exercidos.

Os fundamentos teórico-metodológicos da inclusão escolar focam na concepção de educação de qualidade para todos, no respeito à diversidade dos educando, uma vez que, para se atingir total êxito é de grande importância a preparação dos profissionais da área. Diante disso, por mais que a literatura da escola inclusiva garanta que as escolas regulares são capazes de capacitar a pessoa com necessidade especial, trabalhando com ela intelectualmente assim como socialmente, muitas ainda se encontram despreparadas, sem uma equipe preparada, sensibilizada e consciente do tipo de trabalho que deverão desenvolver.

### **2.1.1 ADAPTAÇÃO CURRICULAR**

Uma escola inclusiva caracteriza-se por ter uma educação de boa qualidade para todos, apresenta inúmeras estratégias diferentes para que o seu alunado sinta-se acolhido e respeitado dentro do espaço escolar. Levando em conta o conjunto de necessidades educacionais dos seus alunos, a escola inclusiva busca estratégias, meios, ações, para garantir a qualidade de ensino para todos os alunos. Aranha (2002, p. 5) fala que:

As Adaptações Curriculares, então, são os ajustes e modificações que devem ser promovidos nas diferentes instâncias curriculares, para responder às necessidades de cada aluno, e assim favorecer as condições que lhe são necessárias para que se efetive o máximo possível de aprendizagem.

O currículo escolar é a peça chave de uma atividade educacional é o conhecimento de uma experiência planejada, que busca o ensino e a aprendizagem do indivíduo. As adaptações curriculares são alterações no planejamento, no que se havia proposto para uma determinada

turma, ou seja, mudanças nos seus objetivos, atividades, formas de avaliações, temporalidade, modificações para que assim possa adequá-lo a um aluno com alguma necessidade especial.

De acordo com Beyer (2006, p.76):

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum e válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas.

Tendo em vista que com o desenvolvimento dessas estratégias metodológicas como; adaptação ou flexibilidade curricular, o professor estará proporcionando ao aluno novas maneiras de aprendizagem, reconhecendo que cada aluno aprende de uma forma, e com um ritmo próprio. De modo que estará agindo de acordo com o princípio da inclusão, oferecendo a todos os alunos a oportunidade de aprenderem respeitando as suas limitações e individualidades, garantindo dessa forma a equidade para todos os alunos da rede regular de ensino. A lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional nº 9.394/96 no seu Artigo 59º afirma que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN (BRASIL, 1998) um currículo adaptado, mantém uma metodologia adequada em razão das necessidades educacionais dos alunos que se pretende atender, os PCN destacam como adaptações:

- à alteração nos métodos definidos para o ensino dos conteúdos curriculares;
- à seleção de um método mais acessível para o aluno;
- à introdução de atividades complementares [...] utilizadas para reforçar ou apoiar o aluno [...];
- à introdução de atividades prévias que preparam o aluno para novas aprendizagens;
- à introdução de atividades alternativas [...];
- à alteração do nível de abstração de uma atividade oferecendo recursos de apoio, sejam visuais, auditivos, gráficos, materiais manipulativos etc.;
- à alteração do nível de complexidade das atividades [...];
- à alteração na seleção de materiais e adaptações de matérias [...]

Ainda segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais “ as adaptações curriculares são medidas pedagógicas adotadas em diversos âmbitos: no nível do projeto pedagógico da escola, da sala de aula, das atividades, e somente quando absolutamente necessário, aplicam-

se ao aluno individualmente”. As adequações curriculares se caracterizam como maneiras de atuar perante as dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiências.

Conforme o artigo 45º, da Resolução do Conselho de Educação do Distrito Federal – Resolução 1/2009, do CEDF, a estrutura do currículo e da proposta pedagógica para atender as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais deve observar a necessidade de constante revisão e adequação da prática pedagógica nos seguintes aspectos:

I – introdução ou eliminação de conteúdos, considerando a condição individual do estudante; II – modificação metodológica dos procedimentos, da organização didática e da introdução de métodos; III – temporalidade com a flexibilização do tempo para realizar as atividades e desenvolvimento de conteúdos; IV – avaliação e promoção com critérios diferenciados, em consonância com a proposta pedagógica da instituição educacional, repetida a frequência obrigatória.

São essas adaptações dentro do ensino regular, que vão responder às necessidades do aluno, considerando desde os objetivos, métodos de ensino, conteúdos e critérios de avaliação. Dessa forma Baseando-se em suas próprias capacidades e necessidades, irão proporcionar a cada aluno uma educação de qualidade.

Assim, no contexto da educação inclusiva, a adaptação curricular é tida como uma resposta educativa que é oferecida pela escola em uma sala regular para suprir as necessidades do aluno, ou seja, essas flexibilidades são recebidas como instrumento que vai servir para facilitar a aprendizagem dos alunos.

### **2.1.2 O PROFESSOR**

Todos na escola são responsáveis pela inclusão dos alunos, o diretor, os coordenadores, administradores, os pais, porém o papel do educador é imprescindível, pois ele é o mediador no processo ensino e aprendizagem, é ele quem está tendo um maior contato com o aluno na escola. Assim, a escola inclusiva requer que o professor do ensino regular tenha uma predisposição para receber o aluno com deficiência, sendo flexível quando for preciso, aceitando as diferenças de cada aluno. Ferreira (2006, p.231), afirma que:

Espera-se hoje que o professor seja capaz de compreender e praticar o acolhimento à diversidade e esteja aberto a práticas inovadoras na sala de aula. No novo perfil, o professor deve adquirir conhecimento sobre como conhecer as características individuais (habilidades, necessidades, interesses, experiências, etc...) de cada um dos estudantes, a fim de poder planejar aulas que levem em conta tais informações.

Os professores precisam buscar formação, para se tornarem aptos no ensino de todos os alunos, reforçando o papel da inclusão. É importante que saibam como atuar em suas salas para que não haja tanta dificuldade, quando se depararem com alunos com necessidade especiais. Para Vizim e Silva (2003, p.51) [...] “Essas dificuldades aumentam quando os professores não têm formação e experiência em sala de aula, transformando a aprendizagem da criança especial algo impossível de acontecer”.

Conforme o artigo 18º parágrafo 1º da Resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica- Resolução CNE/CEB nº. 2, de 2001:

[...] São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

- I – Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II- flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- III- avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento às necessidades educacionais especiais.
- IV- Atuar em equipe, inclusive com os professores especialistas em educação especial.

A maioria das escolas regulares não conta com o apoio de profissionais capacitados para trabalharem juntamente com os professores dando um estímulo e assistência, de modo que os docentes reclamam e sentem-se amedrontados por não terem uma ajuda, uma vez que conforme aborda a Declaração de Salamanca (1994, p.27) faz-se necessário “a preparação de todo o pessoal que constitui a educação, como fator chave para a promoção e progresso das escolas inclusivas”. Devido a não terem esse apoio em muitos casos "desistem" encaminhando o aluno para as escolas de educação especial.

Diante disso, para que a inclusão aconteça, a mudança é necessária dentro da escola, mudando desde os currículos, avaliações, temporalidade, formação de professores até as intenções, atitudes e comportamentos que permitam que isso efetivamente ocorra. Uma vez que seguindo esse modelo estará agindo de acordo com os conceitos e práticas inclusivas.

### III – METODOLOGIA DA PESQUISA

Está pesquisa se desenvolveu em um formato metodológico de abordagem qualitativa, ao qual se deu por meio de observações diretas em uma escola Municipal do sistema público do município de Remígio, estado da Paraíba. Entende-se por uma investigação qualitativa em educação as ideias de Bogdan e Biklen (1994, p.16), que descrevem que esta pesquisa assume diversas formas e é conduzida em vários contextos, na área de educação. Assim se expressam estes autores:

Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente à pessoa, aos locais e às conversas, e de complexo tratamento estatístico. [...] Ainda que os indivíduos que fazem investigação qualitativa possam a vir a selecionar questões específicas à medida que recolhem os dados, a abordagem à investigação não é feita com o objetivo de responder a questões prévias ou de testar hipóteses. (BOGDAN E BIKLEN, 1994, p.16).

De acordo com Chizzotti, (2003), a pesquisa qualitativa refere-se a um trabalho empírico, por meio do desenvolvimento de uma pesquisa de campo que busca juntar e organizar uma quantidade de informações, sendo que as mesmas serão documentadas, para fundamentar o relatório do caso que será, por sua vez, objeto de análise crítica pelos informantes ou qualquer interessado.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, primeiramente foi desenvolvido um levantamento bibliográfico sobre conceitos e concepções na área de inclusão, para que se tivesse um estudo mais aprofundado sobre a temática. No segundo momento, iniciou-se a pesquisa de campo, que teve por objetivo buscar informações sobre como estavam desenvolvendo as ações para a escola ser considerada como inclusiva. Antes da coleta de todos os dados foi pedido autorização para a secretária de educação e para os gestores para que o projeto pudesse ser iniciado. (APÊNDICES)

A coleta de dados foi feita a partir da aplicação de questionários, observações diretas e análise documental. Os questionários foram aplicados para dois gestores, uma coordenadora pedagógica, onze professores e para a secretária de educação. Utilizou-se da observação direta para se observar se havia o atendimento necessário às demandas dos alunos com necessidades educacionais especiais, para analisar a estrutura física da escola em relação à acessibilidade, bem como para ver como era a aceitação dos alunos em sala. Segundo Marconi e Lakatos (2009, p.192):

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas

em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. É um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo.

A análise documental foi feita através do documento de rendimento escolar dos dois últimos períodos letivos dos alunos com deficiência, isso se fez necessário porque entendemos que a avaliação é um aspecto fundamental para o progresso do aluno. Para Vasconcellos (1998), a avaliação deve ser um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisões sobre as atividades didáticas seguintes.

Os participantes foram identificados por letras, por questões éticas, ou seja, os gestores foram identificados por G1 e G2; a coordenadora pedagógica por C.P; a secretária de educação por S.E; e os professores por P1, P2, P3 até P11. A observação direta se deu, especificamente nas aulas de ciências, uma vez que a pesquisadora é aluna de licenciatura em Ciências Biológicas.

O critério de escolha desta escola se deu por esta apresentar um grande número de matrículas de alunos com necessidades especiais matriculados na rede municipal, além ser considerada uma escola inclusiva pela Secretaria de Ensino do Município. O critério de seleção dos professores se deu por estes serem regentes de alunos com necessidades especiais, o critério de escolha da coordenadora pedagógica e da secretária de educação se deu para saber como essas duas profissionais se posicionam com relação ao paradigma da inclusão e serem as principais responsáveis pelo processo de inclusão no município.

Os participantes da pesquisa levaram os questionários para responder em casa, a pesquisadora estimou um prazo de uma semana para receber, porém o prazo não foi cumprido por alguns professores, sendo necessário um esforço considerável da pesquisadora para tê-los de volta. Vale salientar que teve dois professores que não quiseram responder o questionário alegando que estavam sem tempo e muito atarefados.

Os dados foram organizados em categorias de análises e interpretados se baseando nos teóricos da área de estudo segundo Bardin (1979). As principais categorias de análise foram: concepção de inclusão escolar pelos participantes da pesquisa; alunos com deficiências; papel dos gestores; formação dos professores; prática docente para inclusão; relacionamento interpessoal e familiar; dificuldades enfrentadas para se consolidar a inclusão na escola; rendimento escolar; e estrutura física.

Faz-se necessário a apresentação do perfil dos participantes conforme o quadro 1.

Quadro1: Perfil dos participante

| <b>Profissional</b>           | <b>Idade</b> | <b>Tempo de magistério</b> | <b>Formação</b>                      | <b>S.A</b> | <b>T.S.A</b> | <b>P.G.L.S</b>                         | <b>P.G S.S</b> |
|-------------------------------|--------------|----------------------------|--------------------------------------|------------|--------------|--|----------------|
| Secretaria de educação - S.E  | 66 anos      | 29 anos                    | Pedagogia                            |            |              | —                                      | —              |
| Coordenadora Pedagógica – C.P | 37 anos      | —                          | Serviço social e Especialista em AEE |            |              |  |                |
| Gestor – G1                   | 35 anos      | 10 anos                    | Licenciado em matemática             |            |              | —                                      | —              |
| Gestor – G2                   | 39 anos      | 18 anos                    | Assistente social - Pedagogia        |            |              | Supervisão e Gestão escolar            | —              |
| Professor – P1                | 35 anos      | 16 anos                    | Pedagogia                            | 6° ao 9°   | 16 anos      | —                                      | —              |
| Professor – P2                | 30 anos      | 12 anos                    | Letras                               | 6° ao 9°   | 4 anos       | Especialização em Psicopedagogia       | —              |
| Professor – P3                | 33 anos      | 10 anos                    | História                             | 6° ao 9°   | 3 anos       | —                                      | —              |
| Professor – P4                | 35 anos      | 12 anos                    | Geografia                            | EJA        | 3 anos       | —                                      | —              |
| Professor – P5                | 48 anos      | 20 anos                    | Pedagogia                            | 6° ao 9°   | 5 anos       | Proeja e coordenação                   | —              |
| Professor – P6                | 28 anos      | 7 anos                     | Licenciatura em Biologia             | 6° ao 9°   | 3 anos       | —                                      | —              |
| Professor – P7                | 31 anos      | 10 anos                    | Geografia                            | 6° ao 9°   | 4 anos       | Psicopedagogia clínica e institucional | —              |
| Professor – P8                | 39 anos      | 21 anos                    | Letras                               | EJA        | 3 anos       | Literatura e estudos comparados        | —              |
| Professor – P9                | 35 anos      | 12 anos                    | Licenciada em matemática             | 6° ao 9°   | 4 anos       | —                                      | —              |
| Professor – P10               | 42 anos      | 19 anos                    | Licenciada em História               | EJA        | 4 anos       | Teoria da História e Metodologia do    | —              |

|                 |         |         |           |     |        |                |   |
|-----------------|---------|---------|-----------|-----|--------|----------------|---|
|                 |         |         |           |     |        | ensino         |   |
| Professor – P11 | 41 anos | 15 anos | Pedagogia | EJA | 5 anos | Psicopedagogia | — |

Legenda:

S.A – Série que atua

T.S.A - Tempo na série que atua

P.G.L.S - Pós Graduação Latu senso

P.G.S.S – Pós Graduação Stricto-senso

Os dados apresentados no quadro 1, permitem verificar diferentes aspectos quanto aos participantes do estudo. Dentre esses aspectos destaca-se à idade dos mesmos, o qual observou-se que dez participantes (C.P, G.1, G2, P1, P2, P3, P4, P7, P8, P9) estão na faixa etária dos 30 aos 39 anos; que três participantes ( P5,P10, P11) estão na faixa etária dos 41 aos 48 anos; uma participante (S.E) com 66 anos e uma participante (P6) com 28 anos.

No que se refere à formação, constatou-se que 100% deles têm formação em nível superior, sendo que cinco participantes (S.E, G2, P1, P5, P11) são graduados em pedagogia; dois participantes (P3, P10) são licenciados em História; dois participantes (G1, P9) são licenciados em Matemática; dois participantes (P2, P8) são graduados em letras; dois participantes (P4, P7) são licenciados em Geografia; dois participantes (C. P, G.2) graduados em serviço social e uma participante (P6) licenciada em Biologia. Com relação ao (G1) observou-se que não possui formação pedagógica na área de gestão escolar como é exigido na LDBEN 9.394/96: “A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação [...]” (art. 64). Todavia o participante (G1) apresenta 10 anos de experiência no Magistério. Com relação à (C.P) vale ressaltar que a mesma não é formada em Pedagogia, de modo que também não tem o curso que é exigido para exercer tal função.

Quanto ao tempo que lecionavam observou-se que sete participantes (S.E, G2, P1, P5, P8, P10, P11) atuavam há mais de 12 anos e sete participantes (G1, P2, P3, P4, P6, P7, P9) atuavam há menos de 12 anos.

Em relação a série que atuavam foi verificado que sete participantes (P1, P2, P3, P5, P6, P7, P9) atuavam do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, e que quatro participantes (P4, P8, P10, P11) atuavam no EJA (Educação para Jovens e Adultos). Vale mencionar que G1, G2 não informaram se estavam lecionando no momento.

Com relação ao tempo na série que atuam dez participantes (P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11) informaram que atuam a menos de seis anos nessa série, apenas uma participante (P1) atua a mais de seis na série que informou.

Em relação à formação no campo da pós-graduação *latu-senso*, três participantes (P2, P7, P11) fizeram Especialização em Psicopedagogia, uma participante (G2) fez o curso de Supervisão e Gestão escolar, uma participante (P5) fez especialização no PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos) e Coordenação, uma participante (P7) fez o curso de Clínica e Institucional, uma participante (P8) fez o curso de literatura e Estudos Comparados e o participante (P11) fez o curso em Teoria da História e Metodologia de Ensino. Os demais não têm curso de pós-graduação.

## IV – ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS

### 4.1 Concepções sobre Inclusão Escolar pelos Participantes da Pesquisa

Como já mencionamos anteriormente, a escola inclusiva é aquela que atende a todos, independentemente, de seu gênero, idade, raça, deficiência, nível social; garante um ensino educacional de qualidade, reconhecendo e respeitando suas diversidades. É aquela escola que além de permitir o acesso, faz com que se tenha a permanência e o aprendizado, respondendo a cada aluno de uma maneira positiva, aceitando suas individualidades, potencialidades e necessidades. A inclusão significa abrangência, possibilitando maior equidade para acolher a todos, abrindo horizontes para o desenvolvimento da aprendizagem, segundo Carvalho (2004, p. 79), educação inclusiva é:

Igualdade de oportunidades, respeito às necessidades individuais, melhoria na qualidade do processo ensino-aprendizagem (respostas educativas das escolas), melhoria das condições de trabalho dos educadores, maior participação das famílias e da sociedade em geral, remoção de barreiras para aprendizagem e para participação... são outros princípios que devem ser seguidos para colocar-se em prática o que se concebe como sistemas educacionais inclusivos.

Porém nota-se nos dados coletados, que o conceito de inclusão escolar ainda está muito superficial para maior parte dos participantes, pois, pelas respostas dadas vê-se que eles não sabem ao certo do que se trata inclusão escolar, como pode ser observado nas falas abaixo:

Inclusão escolar é tentar incluir alunos com alguma deficiência em turmas de alunos considerados normais. (G1)

Entendo que inclusão é a interação de pessoas portadoras ou não de deficiências com o meio social. (G2)

Que todos tenham uma participação ativa nos processos educacionais, como cidadãos. (S.E)

Inclusão escolar significa inserir crianças, adolescentes, jovens e idosos no contexto escolar. (P1)

Inclusão é a abertura e aceitação em todo e qualquer espaço, de pessoas portadoras de necessidades especiais. É o convívio dessas pessoas com aquelas ditas “normais”. (P2)

É a participação de alunos com necessidades especiais no âmbito da escola regular. (P3)

É incluir todos os alunos com algum tipo de deficiência sem discriminação. (P4)

Tornar a escola local de acesso para as pessoas com deficiências. (P5)

Evidencia-se deste modo que os entrevistados, possuem um conhecimento restrito quanto à definição básica da inclusão escolar, que apesar dos inúmeros estudos a respeito de

inclusão, entre estes de CARVALHO (2004); MANTOAN, (2010); STAINBACK e STAINBACK, (1999), muitos educadores ainda não estão a par deste assunto, não tiveram em sua formação as devidas orientações, quanto à inclusão. Alguns participantes acham que inclusão escolar é simplesmente inserir os alunos com deficiências nas escolas regulares, permitir um convívio normal na sociedade e ainda usam o termo “normal” equivocadamente o que nos permite afirmar que a escola ainda há segregação entre “normais e anormais”.

Os mesmos foram questionados, se concordavam ou não com a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência no ensino regular, 99% dos profissionais da educação questionados, ou seja, professores, gestores, secretária de educação concordaram, somente uma professora não concordou: “*Não concordo, porque os professores do ensino regular ainda não tiveram uma capacitação para ensinar alunos com necessidades especiais*”. (P11)

Com relação aos demais profissionais questionados, todos eles concordam com a inclusão, como pode-se observar nas falas abaixo:

Sim, pois os mesmos interagem com os alunos normais e sua deficiência se torna mais fácil de lidar. (G1)

Concordo. **Porém, o que deveria de fato acontecer era haver uma preparação tanto curricular, pedagogicamente e estruturalmente para que possamos atendê-los com mais seguridade e conseqüentemente obter bons resultados.** (G2) grifo nosso

Sim. Porque eles são indivíduos sociáveis e tem o direito a viverem compartilhando saberes em grupo conjuntamente com outros indivíduos, com experiências vivenciadas. (S.E)

Sim. Os alunos com deficiência devem ser incluídos no ensino regular, **mas deveria haver uma preparação para que os professores possam lidar com essa situação.** (P1) grifo nosso

Concordo **desde que haja um constante acompanhamento especializado para este aluno e que o professor tenha ajuda ou seja habilitado para trabalhar com ele.** (P2) grifo nosso

Concordo. **Desde que não só os coloquem lá, mais preparem infraestrutura e material qualificado para tal.** (P3) grifo nosso

Sim. Porque todos têm direito ao ensino. (P4)

Sim. É necessário tornar estes alunos socializados com o ambiente escolar. (P5)

Sim. Pois todos têm o direito à educação. (P6)

Sim. Porque como cidadãos todos usufruem dos mesmos direitos; a convivência torna-nos cidadãos conscientes. (P7)

Concordo. Porque todos são iguais (P8)

Sim. Acho que deve ter a inclusão de alunos com deficiência, desde **que seja oferecida uma preparação para os professores**. (P9) grifo nosso

Sou a favor da inclusão **desde que seja oferecida aos professores a preparação necessária para lidar com os alunos com deficiências**. (P10) grifo nosso

Como destacado por (D2, P1, P2, P3, P9, P10) esses participantes são a favor da inclusão de alunos com deficiências no ensino regular, desde que haja capacitação para os professores saberem como trabalhar com alunos especiais, adaptação na estrutura física da escola, para que assim pudessem acolher com segurança os alunos e futuramente terem bons resultados.

#### 4.2 Alunos com deficiência

A escola tem hoje sete alunos com deficiência matriculados, entre esses sete, teve uma aluna que frequentou pouco tempo, pois desistiu e outro que nunca foi à escola só fez a matrícula. A instituição atende a uma deficiente auditiva, um cadeirante, dois deficientes intelectuais e um com síndrome de Down.

Em relação a ensinar para alunos com deficiências, 100% dos participantes (professores e gestores) afirmaram lecionar ou ter lecionado para essa população. Dez participantes (P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, G1) informaram que lecionam para uma aluna com deficiência auditiva, quatro participantes (P1, P2, P10, P11) informaram que lecionam ou já lecionaram para deficientes físicos, três participantes (P1, P3, P11) informaram que já lecionaram para deficientes intelectuais, dois participantes (P2, P7) para alunos com dislexia, e um participante (P11) leciona para um aluno com síndrome de Down.

Foi perguntado para secretária de educação se a prefeitura incentivava as escolas municipais a receberem alunos com deficiência, a mesma respondeu que “*sim, informando as quanto ao direito da pessoa a educação*”.(S.E). De maneira que para uma instituição escolar se tornar inclusiva ela tem que “[...] contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual o aluno vive” (MEC/SEESP, 2004, p. 8). A educação inclusiva implica na implementação de Políticas Públicas, para que o processo de inclusão não se restrinja somente à relação professor-aluno, mas que seja realizado envolvendo a participação de toda a comunidade escolar.

### 4.3 Papel Gestor

A escola inclusiva possui uma característica muito própria no que diz respeito às relações humanas, a interatividade e a troca de conhecimentos são de grande importância para se obter com êxito a aprendizagem. Segundo Libâneo (2005, p.370) “O funcionamento da escola e, sobretudo, a qualidade da aprendizagem dos alunos dependem de boa direção e de formas democráticas e eficazes de gestão do trabalho escolar”. Foi perguntado aos professores na pesquisa se a gestão orientava a eles a lidarem com os alunos que tinham algum tipo de deficiência, 100% dos docentes responderam que a gestão não orienta, como pode-se observar nas falas abaixo:

Não. Infelizmente poucas pessoas têm conhecimento de como lidar com pessoas que têm necessidades especiais. (P1)

Não. Há promessas de um profissional que nos orientaria como trabalhar com uma aluna surda-muda que temos, mas até agora esse profissional não chegou. (P2)

A gestão não orienta, **porque já foi oferecida uma formação para os professores.** (P8) grifo nosso

Vale salientar que essa formação que a participante (P8) fala, não foi formação continuada para trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais, foi uma formação em outra área.

Foi perguntado para Secretária de Educação e Coordenadora Pedagógica qual era a orientação que ofereciam para os gestores e professores, com relação a lidarem com os alunos com necessidades especiais, as mesmas responderam que sempre estavam orientando, como pode se observar nas falas abaixo:

Orientamos eles a seguirem o que estabelece a LDBEN e o Estatuto da criança. (S.E)

Sim. Dependendo da especificidade do aluno, orientamos os profissionais através de palestras informativas escritas sobre a inclusão escolar. (C.P)

A nosso ver, há contradições nas falas, principalmente, porque os professores se queixam de não terem formação continuada. É importante que todo o núcleo da escola esteja engajado na causa de lutar pela igualdade de direitos, da melhor maneira que seja, pode ser orientando, ensinando ou coordenando. Segundo Carvalho (2007) a qualificação da equipe escolar inclui, além dos professores, a direção da escola e todos o que nela trabalham. Uma

vez que, por meio do processo de formação continuar, os membros podem se ajudar mutuamente, tornando mais fácil a construção de uma escola inclusiva.

Foi questionada a Secretária de Educação se havia resistência de gestores e professores em relação à matrícula de alunos com alguma deficiência, a mesma respondeu que sim, como se observa na fala abaixo:

Sim. Quanto à resistência, procuramos mostrar a estes profissionais que estes alunos têm os mesmos direitos que os demais alunos. Diante do exposto percebemos que esta resistência está sendo diminuída, os professores alegam que em alguns casos (aluno cego ou surdo) eles não tem o devido preparo. (S.E)

Diante da afirmação, vemos o despreparo da escola para receber tais alunos, sempre alegando insegurança dos professores, que acabam não sabendo o que fazer em relação aos alunos com necessidades educativas especiais. Constata-se que há necessidade dos Gestores assumirem seu papel social quanto ao processo de construção da escola inclusiva, garantindo não só a matrícula de todos os alunos nas escolas regulares, mas também condições pedagógicas em que os professores possam fazer adaptações curriculares e atender os alunos com n.e.e., A escola inclusiva exige um novo paradigma de escola, na qual reconhece o papel de cada membro na instituição de ensino, incluindo gestores, equipe técnica, professores, família e alunos, num formato de trabalho cooperativa e solidário (Stainback e Stainback, 1999).

#### **4.4 Formação dos Professores**

A questão da formação de professores é um tema sempre bem discutido, uma vez que esses profissionais, de certa forma, participam diretamente na formação vital das pessoas. A preparação adequada dos docentes que estejam dispostos a trabalhar com pessoas com algum tipo de deficiência constitui-se um fator-chave, no progresso do ensino. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos verdadeiramente (BRASIL, 1999).

Partindo desse pressuposto, os participantes (professores e gestores) foram questionados se tinham feito algum curso preparatório para lecionar para pessoas com necessidades especiais, como pode-se observar nas falas abaixo:

Não. Nunca fiz um curso preparatório, porque não tenho tempo disponível para tal.  
(P1)

Não. Sempre busquei cursos que atendiam minhas necessidades no momento, mas hoje me arrependo de não ter feito algum estudo com relação a isso. (P2)

Não. Não tive tempo. (P4)

Não. Não houve oportunidade. (P5)

Não. Não tive tempo. (P7)

Não. O horário não conciliava. (P8)

Não. Porque não tive tempo. (P9)

Não. Trabalho nos turnos tarde e noite, sendo assim não tenho tempo disponível para esse tipo de curso. (P10)

Não. **Mas tento através da convivência aprender a lidar com eles.** (G1) grifo nosso

Não. Mas tento me aperfeiçoar, trabalhando com pessoas com necessidades, para melhor atende-lós. (G2)

Nesse sentido, podemos perceber que 100% dos participantes responderam que não fizeram nenhum curso preparatório, alegando falta de tempo e falta de oportunidades. De modo que segundo Glat (1998, p.65) “é necessário à criação de condições que proporcionem ao professor uma habilitação sólida e integral, capaz de trazer mudanças para sua prática pedagógica, que permita que ele trabalhe com a diversidade do alunado que chega a sua sala de aula”.

Os Gestores quando questionados (G1 e G2) afirmaram que não possuem curso preparatório, mas acreditam que através da convivência vão aprender a trabalhar com esses alunos. Todavia, só a prática não garante o rompimento com praticas segregadoras e reflexivas. Como traz os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1999), a formação e a capacitação docente, tanto inicial como continuada, faz-se necessário, a fim de que ocorra a concretização do sistema educacional que inclua a todos.

Foi questionando também aos professores se eles se sentiam preparados para atuarem com pessoas com algum tipo de deficiência, de modo que se expressaram dessa maneira:

Preparados, acho que nunca estaremos, pois sempre há novos desafios, mas eu tento da o melhor de mim. (P1)

Não. Com a aluna que usava cadeira de rodas não tive nenhum problema porque ela é muito inteligente, nem mesmo com a locomoção foi difícil porque os colegas a ajudavam o tempo todo. Já com os alunos com dislexia e a surda-muda as dificuldades são imensas. (P2)

Não. Inclusive agora, que estou com um aluna com deficiência auditiva, estou despreparado. (P7)

Para os participantes que responderam a esse questionamento, 100% dos professores afirmaram que não se sentem preparados, relatando que é difícil lidar com alunos com necessidades especiais sem ter uma formação para isso. Ainda com relação à formação docente, questionamos se caso eles não tivessem nenhuma especialização se gostariam de especializar em alguma com subsídios inclusivos, os mesmos responderam que:

Hoje gostaria sim de fazer algum estudo sobre o trabalho para com alunos com necessidades especiais. (P2)

Sim. Alguma especialização em LIBRAS. (P6)

Sim. O ofício exige tais formações. (P7)

Apenas três participantes (P2, P6, P7), falaram que se interessavam na especialização para assuntos relacionados à n.e.e., porém podemos dizer que o processo de formação de docente é mais abrangente do que se imagina. Os educadores precisam estar agindo coerentemente com a política educacional inclusiva, sempre buscando qualificações, para que assim possam saber lidar com todos os alunos, construindo assim uma escola sem discriminação. A respeito dessa questão TESSARO (2005, p. 52) comenta que [...] “ estudos evidenciam que os professores na sua maioria, não são consultados e muito menos preparados para receber em suas salas alunos com deficiência, e sentem-se inseguros, preocupados e desamparados em sua atuação profissional”.

Foi questionado para a Secretária de Educação se já tinha oferecido ou oferece curso de capacitação de professores para atender alunos com necessidades educativas especiais, a mesma respondeu que sim, como se observa na fala abaixo:

Sim. Oferecemos o curso para todos os professores da rede municipal e abrimos vagas para os professores do estado. (S.E)

A (S.E) afirma que ofereceu curso de capacitação para todos os professores do município, porém vale salientar que nenhum professor que participou da pesquisa disse que tinha feito esse curso.

#### **4.5 Prática docente para inclusão**

Várias Leis e documentos legais, como por exemplo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Salamanca (1994) e a LDBEN (9.394/96), vêm garantir o direito a educação escolar para todos os alunos, seja ele com ou sem deficiência.

Nesse novo perfil de paradigma inclusivo, espera-se que o professor seja capaz de compreender e promover a diversidade, estando aberto para a criação de novas práticas inovadoras que desenvolvam o potencial de cada aluno, assegurando assim o direito da equidade para se alcançar a igualdade. Considerando isso, foi perguntado aos participantes, como que eles estavam construindo suas práticas inclusivas dentro do ambiente escolar, as respostas foram:

Analisando as necessidades dos meus alunos, tento adaptar o planejamento de modo que seja possível atendê-los. (G2)

Tentando interagir com os alunos e aprendendo a lidar com suas necessidades, apesar de perceber que nós professores ainda somos muito despreparados para lidar com essas diferenças. (P1)

Procuro dar atenção aos meus alunos e não dar tanta ênfase a sua condição para não criar um clima de que eles são “coitadinhos”. Mas tenho muita dificuldade em aplicar atividades e, no caso da surda-muda, de fazer intervenções. (P2)

Apenas em diálogos e conversas informais, com efeito de conscientização. (P3)

Buscando conhecer cada aluno e seu potencial. (P5)

Como apenas tenho uma aluna com deficiência auditiva, **nos horários de departamento de uma forma individualizada tento transmitir os conhecimentos da minha área para ela.** (P6) grifo nosso

Através de Adaptações cabíveis. ( P7)

Procuro fazer atividades diferenciadas, busco interagir com a aluna que tem deficiência auditiva, aprendendo a lidar com sua necessidade. (P9)

Estabelecendo o diálogo e socializando ideias e práticas com as outras professoras e coordenadoras. (P10)

Procuro fazer atividades diferenciadas. (P11)

Como percebe-se nas respostas dadas, a maioria dos participantes afirmam que procuram desenvolver suas práticas de maneira que atenda as necessidades dos alunos por meio de adaptações curriculares. Mas a professora (P6) entra em contradição quando fala que sua prática é inclusiva, pois ela leciona em horário a parte para a aluna. Mesmo que a intenção seja boa, a mesma segrega a aluna, na medida em que ela vai ensinar em um ambiente separado dos demais alunos, utilizando de um horário extra. Vale salientar também que teve participantes que não respondeu essa questão deixando a pergunta em branco. Entende-se que os apoios em contraturno podem ser feitos, desde que a aluna seja atendida em suas n.e.e e não sofra segregação, sendo este atendimento um complemento às atividades escolares.

As práticas pedagógicas, de acordo com Stainback e Stainback (1999), devem satisfazer às necessidades de seus alunos, por isso também precisam ser revistas para que o educador possa determinar as melhores maneiras possíveis de promover a aprendizagem com

bons resultados para todos os alunos da turma. Mesmo que alguns professores e o Gestor afirmam que fazem adaptações curriculares, eles não explicitaram como os faziam.

Foi perguntado também aos professores se eles faziam atividades pensando nos alunos com necessidades especiais, como podemos ver nas falas abaixo:

Sim. Algumas atividades são diferenciadas e eu fico mais próxima do aluno para lhe dar uma atenção individual. (P1)

Sinceramente não. Faço atividades pensando na maioria ou naqueles ditos “normais” com mais dificuldades ou notas mais baixas. (P2)

Não. Faço as atividades pensando na maioria dos alunos. (P3)

Não. Pois como disse antes não tenho aptidão. (P7)

Mínhas atividades são feitas para todos os alunos da mesma forma, apenas auxílio a aluna com deficiência auditiva. (P9)

Tenho apenas um aluno com deficiência física, procuro dar uma atenção especial a ele, mas no meu entender a dificuldade de aprendizagem dele também está relacionada à sua falta de dedicação aos estudos. (P10)

Sim. O aluno que tem Síndrome Down estou trabalhando com ele as vogais através de pinturas. (P11)

Os participantes questionados responderam que fazem as atividades pensando na maioria dos alunos, apenas os participantes (P1, P10, P11) responderam que fazem algumas atividades diferenciadas pensando nos alunos com necessidades especiais. Esses professores que não fazem adaptações nas atividades, não estão agindo de acordo com a visão da inclusão escolar, tendo em vista que a preparação da aula deve possuir adaptações para facilitar a participação ativa e aprendizagem do aluno com necessidade especial presente em sala de aula. Segundo Carvalho (2007, p.83) “deve ser considerada e respeitada às diferenças individuais, seria um equívoco prescrever apenas um método de ensino, aplicável a todos os alunos. Ao contrário, a ideia é diversificar, ao máximo, a intervenção pedagógica, as características e necessidades de cada [...]”.

Foram questionados se faziam pesquisas na busca de práticas de ensino para que fossem auxiliados no trabalho com alunos com necessidades especiais, os mesmos responderam de forma direta, que pouco ou nada faziam para adaptar a aula, como pode-se observar nas falas abaixo:

Não, infelizmente o tempo é tão curto que me faz pecar nesse sentido. (P1)

Na verdade não sei nem por onde começar. Sei que o aluno precisa de uma atenção particular especial, mas com uma sala numerosa e trabalhosa fica muito difícil dar atenção. (P2)

Não. Nunca faço pesquisas relacionadas a esse tema. (P3)

Sim. Procuo orientação e ajuda com os demais colegas de trabalho. (P7)

Não. Pois não tenho tempo. (P9)

As situações em sala de aula exigem isso dos professores, não só com relação aos com deficiências, como também para com os “normais”. (P10)

Fica evidenciado, assim, que é a minoria dos professores que tem uma preocupação em estar pesquisando assuntos relacionados à prática de ensino.

Segundo Hoffmann (2001), a avaliação consiste no acompanhamento do desenvolvimento do aluno no processo de construção do conhecimento, dessa forma, o professor deve estar sempre perto do aluno durante todo o processo de aprendizagem. Assim os participantes (professores e gestores) foram questionados quanto aos parâmetros que utilizavam para avaliar seus alunos com necessidades especiais, como observa-se abaixo:

Avaliação contínua. (G1)

Analisamos juntos (professores, gestores e coordenadores) de acordo com a necessidade de cada aluno, buscamos sempre soluções para os possíveis problemas serem solucionados. (G2)

Observo se ele realmente compreende o que eu tento ensinar. (P1)

Faço minha avaliação observando-o na interação com os colegas, na atenção ao que estou explicando e nas atividades em grupo. (P2)

Os parâmetros geralmente se pactuam com a equipe de gestão, organizando as ideias. (P3)

Procuo avaliar meus alunos fazendo atividades, exercícios para ver se eles realmente estão aprendendo o que estou explicando em sala. (P4)

Eu busco avaliar através de provas, exercícios, debates em salas, como está sendo o desempenho das atividades em sala. (P5)

Testes, exercícios, classificação, perguntas e observação. (P6)

Procuo avaliar meu aluno observando a interação dele em sala com os outros. (P9)

O momento que mais me inquieta é o da aprovação ou reprovação. Procuo avaliar não só nos exercícios escritos, mas no desenrolar do curso. Normalmente, o resultado da aprovação ou reprovação e consenso entre os professores. (P10)

Com relação a isso procuro minha coordenadora. (P11)

Quanto a essa questão, percebe-se a dificuldade que os professores sentem em avaliar os alunos com necessidades especiais. Alguns participantes (P4, P5, P6) ainda limitam a avaliar com aquele método tradicional de notas e provas, e na acepção de Mantoan (2007, p.50), “[...] é urgente substituir o caráter classificatório da avaliação escolar, através de notas

e provas, por um processo que deverá ser contínuo e qualitativo, visando depurar o ensino e torná-lo cada vez mais adequado e eficiente à aprendizagem de todos os alunos”. Os participantes (G2, P3, P11) fazem juntos a avaliação dos alunos, isso se faz necessário uma vez que avaliar a aprendizagem de alunos com necessidades especiais constitui-se numa ação abrangente. Segundo a Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2011, artigo 6º, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001):

Art. 6º Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, à escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com:

I - a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;

II - o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;

III - a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário. (p.70)

Esteban (2000) retrata também que o processo de avaliação de resultados escolares dos alunos e alunas está profundamente marcado pela necessidade de criação de uma nova cultura sobre avaliação, que ultrapasse limites da técnica e incorpore em sua dinâmica a dimensão ética.

Foi questionado aos participantes se na escola em que trabalham existe materiais didáticos adequados para se trabalhar com alunos com necessidades especiais, os mesmos responderam que:

Não tem. (G1) (P3) (P5) (P6) (P7) (P9)

São poucos os recursos que temos, **como só alguns jogos e três livros em braille.** (G2)

Não conheço nenhum material didático adequado na minha escola, que eu possa trabalhar com os alunos especiais. (P1)

Na escola existem muitos materiais (jogos, livros ilustrados) e alguns até poderiam ser adaptados para o uso com alunos com necessidades especiais, mais material específico mesmo, que sejam do meu conhecimento, não existem. (P2) grifo nosso

Não. A escola não possui material adequado para que se possa trabalhar com aluno com necessidades especial. (P4)

Não tenho conhecimento. (P10)

Não existe nada. (P11)

Os participantes questionados com exceção a participante (G2), responderam que a escola não dispõe de nenhum material didático adequado para se trabalhar com alunos com necessidades especiais. Ainda com relação a fala de G2, vale a pena salientar que a escola

pode ter os livros em Braille, porém o professor que está em sala não lê em braille o que não adianta de nada ter o livro e não usa lá. Foi questionado para a Secretária de educação se a mesma disponibilizava para as escolas, recursos didáticos de acordo com a necessidade dos alunos, como se pode observar na fala que se segue, a própria S.E afirmou que não disponibilizavam esses materiais.

Não oferecemos esse material especializado para as escolas. (S.E)

Constata-se, por meio dos dados, o déficit da escola com relação a material didático, o que é a séria problemática, uma vez que os recursos didáticos são instrumentos que convenientemente utilizados podem potencializar a atividade criadora e inovadora do aluno. De acordo com Souza (2007) o desenvolvimento e a utilização desses recursos têm oferecido aos alunos grandes oportunidades de realizar aprendizagens significativas de forma criativa e prazerosa.

#### **4.6 Relacionamento Interpessoal e Família**

É muito importante, para o desenvolvimento e aprendizagem do indivíduo que haja um bom relacionamento entre a família e a escola, essas interações entre ambas focalizam em um único objetivo que é o aprendizado do filho/aluno. De acordo com Piaget (2007, p. 50):

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...].

Foi perguntado aos participantes se existia um bom relacionamento com os familiares dos alunos, os mesmo responderam que:

Sim temos uma boa relação, mas os mesmos só matriculam seus filhos na escola para poder conseguir vaga na APAE. (G1)

Sim, sempre tivemos um bom relacionamento com as famílias dos nossos alunos. (G2)

Sim. Os pais e responsáveis dos alunos mantêm um bom relacionamento com a escola. (P1)

Sim. Não há diálogos produtivos em busca de soluções para as dificuldades dos filhos, mas há um relacionamento cordial. (P2)

Sim. Existe um bom relacionamento. (P7)

Sim. (P8) (P11)

Sim. Sempre mantenho um bom relacionamento com os pais dos meus alunos. (P9)

As turmas do EJA (Educação de Jovens e Adultos) são compostas por adulto em sua maioria. O contato com a família dos alunos é mínimo. (P10)

Todos os professores responderam que existia um bom relacionamento com a família dos seus alunos, somente a participante (P2) que falou um pouco diferente “*por mais que existisse um relacionamento cordial, não há diálogos produtivos em busca de soluções para as dificuldades dos filhos*”.

A escola precisa estar em harmonia com a família dos alunos, principalmente, quando se fala em alunos com necessidades especiais, pois os trabalhos realizados com os filhos na escola deverão ser retomados no seio familiar. Uma instituição precisa da outra na luta para alcançar um futuro melhor para o indivíduo. A experiência escolar tem mostrado que a participação dos pais é de fundamental importância para o bom desempenho escolar e social das crianças.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 4º discorre que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

Portanto, em qualquer trabalho educativo é de fundamental importância que se haja uma boa relação entre a família e a escola, para que juntos possam proporcionar um bom desempenho escolar.

Foi perguntado também aos professores como os alunos reagem entre si, principalmente com relação aos alunos com n.e.e.; como se pode observar nas falas abaixo, constata-se que todos os professores responderam que seus alunos tratam os colegas com deficiência com respeito. A participante (P1) só ressaltou que no início do ano eles criam alguns apelidos, mas depois se acostumam e passam a respeitá-los. Abaixo encontram-se os dados:

Muitos alunos, no início do ano letivo costumam criar apelidos pejorativos para os alunos especiais, mas com a orientação dos professores eles passaram a repetir os seus colegas. (P1)

Eles demonstram aceitação, ajudam sem problemas esses alunos e não usam a situação para humilhar ou judiar deles. (P2)

O tratamento é bom, e por vezes observa-se a cooperação. (P3)

Meus alunos todos se tratam igualmente, quanto a isso não tenho reclamações a fazer. (P4)

Eles reagem com naturalidade, pois sempre estamos trabalhando esses questionamento com os alunos. (P6)

Interagem sempre de maneira positiva. (P7)

Eles se aceitam sem problemas, pois sempre estamos trabalhando com eles esses assuntos. (P8)

Eles convivem bem, não veem diferenças. (P9)

O relacionamento entre eles é marcado pelo coleguismo, respeito e solidariedade. (P10)

O meus alunos são do EJA, agem normalmente. (P11)

Foi questionado também se os professores trabalham com essa questão de aceitação, para que eles possam aceitar os colegas com deficiência, como podemos constatar nas falas abaixo a maioria dos participantes afirmaram que trabalham com a questão da aceitação em sala. Somente a participante (P10) que disse que não foi necessário, pois na sala já prevalecia à aceitação. Valendo salientar que (P8) disse que nunca aprofundou o assunto e (P5) deixou a questão sem ser respondida:

Sim, procuro conscientizar meus alunos que todos devemos respeitar e aceitar as diferenças. (P1)

Sim. Apesar de não haver rejeição por parte dos alunos, sempre peço que ajudem o colega. (P2)

Sim, trabalhando a questão dos princípios de humanidade e respeito. (P3)

Sempre falo a meus alunos que todos temos direitos iguais e temos que aceitar as diferenças. (P4)

Sim. Tento fazer de minha sala o melhor lugar para os meus alunos com deficiência e para os alunos ditos “ normais”. (P6)

Sim e os resultados são bons quanto à socialização. (P7)

Comento sobre o assunto para colher opiniões, **mas nunca aprofundei o assunto.** (P8) grifo nosso

Sim, sempre faço isso. (P9)

Em nenhum momento foi necessário fazer intervenção nesse sentido, pois já prevalece a aceitação. (P10)

Sim, sempre faço isso falando que ter uma deficiência não impede de fazer nada. (P11)

A escola inclusiva é um tipo de comunidade onde todos fazem parte, onde existe a aceitação e cooperação de todos os seus membros. É importante que os professores

promovam à inter-relação dos alunos em sala, segundo Stainback e Stainback (1999) à medida que os relacionamentos crescem e as amizades se desenvolvem, a necessidade de contribuições extrínsecas diminui, pois o aluno passa a ser reconhecido por seu próprio valor intrínseco e os colegas começam a perceber as potencialidades e as habilidades inerentes a um e ao outro.

#### 4.7 Estrutura física

Quando nos referimos à estrutura física é necessário que ela seja coerente com os princípios de inclusão e que assim possa garantir aos alunos o respeito, através do cuidado com instalações aptas, salas de apoio com materiais de acessibilidade, rampas de acesso, salas de aulas amplas, banheiros adaptados a fim de recebê-los sem nenhuma restrição, onde se possa dizer que este é um ambiente atento a todas as necessidades educativas especiais dos indivíduos.

Foi perguntado aos participantes como eles analisavam a estrutura física da escola em relação à acessibilidade, como se observa nas falas que se segue , muito ainda há que se fazer para a escola se tornar totalmente inclusiva no aspecto arquitetônico:

A nossa escola aos poucos está se adaptando, mas ainda falta muito. (G1)

Nossa estrutura falta muito. As únicas estruturas que a escola possui são: as rampas na entrada da escola, duas carteiras e uma sala com portões alargados. (G2)

A escola precisa de algumas mudanças para corresponder à acessibilidade. (P1)

Na sede da escola, a acessibilidade é parcial, pois os banheiros não possuem as adaptações necessárias e no anexo I, onde trabalho a acessibilidade não existe: não há rampas, não há banheiros adequados, as portas que permitem passagem não são todas, nem todos os ambientes permite a movimentação de um cadeirante. (P2)

A questão da acessibilidade da escola é muito fraca. (P3)

Inadequada, a escola possui apenas uma rampa na sua entrada, os banheiros não são adaptados e quanto ao anexo I não tem nenhuma adaptação. (P4)

A estrutura física da escola é bem carente com relação à acessibilidade, falta adequá-la. (P5)

O espaço físico da escola é adaptado a pessoas com deficiências. (P6)

A escola apresenta muitas dificuldades. (P7)

O espaço Físico da escola é totalmente inadequado, existe apenas uma rampa na entrada da escola, o resto não tem nada: nos banheiros não passa um cadeirante. (P8)

Inadequada. Faltam muitas coisas para que se permita totalmente a acessibilidade. (P9)

Inadequada. (P10)

Baseado nas respostas dadas e de acordo com as observações feita pela pesquisadora pode-se constatar que a escola não dispõe de uma boa estrutura física. Quase 100% dos participantes responderam que a estrutura física da escola é inadequada, não estando preparada para receber os alunos com necessidades especiais.

Foi questionado a secretária de educação se na escola havia salas de recursos para atender os alunos com necessidades educativas especiais , a mesma respondeu que “*estavam aguardando a implantação da primeira do município*”. (S.E) De acordo com o Plano Nacional da Educação (2000), para que uma escola regular encontre-se nos padrões inclusivos tem que estar estabelecida nos padrões mínimos de infraestrutura, para o recebimento de alunos com Necessidades Educativas Especiais.

#### **4.8 Dificuldades encontradas**

Para que se concretize o processo de inclusão em uma escola, é necessário que sejam feitas várias mudanças no ambiente escolar, pois enquanto não são feitas essas mudanças vão se deparando com várias dificuldades. Foi questionado aos participantes quais as dificuldades eles enfrentavam para trabalhar com alunos com necessidades especiais, como observa-se nas falas abaixo:

A dificuldade que encontro é sempre os professores reclamando que não sabem lidar com os alunos com deficiência, e também a falta de material adequado na escola. (C.P)

A principal dificuldade é ter uma boa preparação para conviver e lidar com esses alunos. (P1)

A falta de formação me torna incapaz diante dos alunos com deficiências nos sentidos, por exemplo, visão e audição. Como lidar e extrair algo de um aluno que não vê, não escuta, as maiores dificuldades estão em elaborar atividades adequadas e como fazê-lo entender o que quero transmitir. (P2)

As principais dificuldades que enfrentamos são infraestrutura adequada e falta de capacitação profissional. (P3)

Falta de formação para saber como lidar com esses alunos. (P4)

Material didático, cursos oferecidos para professores com alunos com necessidades especiais. (P6)

Falta de formação, recursos humanos e falta de materiais. (P7)

Não ter formação adequada. (P8)

A dificuldade é não ter formação adequada. (P9)

A falta de formação para lidar com esses alunos e falta de tempo, para fazer cursos preparatórios com esse objetivo. (P10)

Muitas dificuldades. Falta de material didático e conhecimento aprofundado sobre o assunto. (P11)

As respostas em sua maioria foram que as dificuldades que enfrentavam, quando lidavam com alunos com necessidades especiais se dava devido à falta de formação adequada na área, a preocupação para a necessidade de uma formação técnica, que lhes mostrassem como fazer ou que atitudes tomar. Segundo Freitas (2007, p.44):

[...] a formação continuada transforma-se em recurso estratégico para que as “inovações” sejam materializadas nas salas de aula. Em outra lógica, a dinâmica da forma continuada consiste em um caminho para a reapropriação da experiência adquirida, tendo em vista adequá-la com as novas situações vividas pelos docentes na atualidade.

E a Declaração de Salamanca (1994, p 11), ainda, expõe uma preocupação para com a formação de professores, para uma educação inclusiva, fazendo um apelo direcionado aos governantes para “assegurar que num contexto de mudança sistemática, os programas de formação do professorado tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender às necessidades educacionais nas escolas”.

Os participantes C.P, P3, P6, P7, P11 falaram também da falta de materiais pedagógicos e infraestrutura, que devido a essa falta enfrentavam dificuldade para trabalhar com alunos com deficiências, o que já foi constatado por Carvalho (2007, p. 92) ao pesquisar estes aspectos quanto ao atendimento às exigências da educação inclusiva segundo as legislações vigentes e princípios pedagógicos. Para que o processo de inclusão realmente aconteça é necessário que a escola de subsídios aos professores por meio de formação acadêmica e continuada, o que é ratificado pelas ideias de Libaneo (2005) ao afirmar que a escola precisa oferecer serviços e produtos de qualidade que supra as necessidades políticas e educacionais do aluno.

Também foi questionado aos professores se a escola estava oferecendo um atendimento necessário às demandas dos alunos com necessidades educacionais especiais, assim os participantes se expressam:

Como disse no decorrer do questionário, o que deixa a desejar é a falta de preparação para que os professores possam lidar com os alunos. (P1)

Não. Na verdade, o que temos é apenas a vaga oferecida. (P2)

Não oferece um atendimento que é necessário. (P3)

Não. Para mim a escola só permite que o aluno chegue na escola, ou seja, permite o acesso na escola. (P4)

Não. A escola apenas oferece a vaga. (P9)

Não. (P10)

Não. Eu acho que nenhuma escola do município esta preparada para atender alunos especiais. (P11)

Como percebe-se nas respostas dadas, quase todos os professores responderam que a escola não oferece auxílio as demandas dos alunos, é notório que a escola permite a vaga, o acesso para que o aluno com deficiência chegue na escola regular ; todavia, constata-se que a escola não oferece meios para que esse aluno permaneça nela para um possível aprendizado, o que nos permite afirmar que o processo de inclusão não é limitado a matricula do alunos, ela ultrapassa os limites do acesso, exigindo-se garantia-se de permanência e boa qualidade de ensino.

Foi questionado para a coordenadora pedagógica quais são as dificuldades enfrentadas para oferecer um melhor atendimento aos alunos com necessidades especiais na escola, a mesma respondeu que era “ *o preconceito da própria família e dos professores que alegam não saber trabalhar*”. (C.P) Verifica-se então a necessidade da CP assumir seu papel social e profissional para ajudar e motivar sua equipe, que no caso citado é tanto os pais como os professores para superar as dificuldades presentes no cotidiano escolar para a construção de uma escola inclusiva.

#### **4.9 Rendimento escolar**

A educação inclusiva tem como pressuposto a busca da igualdade a garantia da permanência e da inclusão de todos os alunos na escola, respeitando as singularidades de cada um. Foi perguntado aos professores como eles avaliam o rendimento escolar de seus alunos com deficiência, todos os professores responderam que avaliam o rendimento dos alunos como baixo ou razoável, como observa-se nas falas abaixo:

Razoável, pois existem muitas dúvidas. (P1)

Na minha avaliação é um rendimento baixo, pois não consigo trabalhar com eles como deveria ser, então não produz, não se desenvolve o suficiente, por ineficiência minha, que fique bem claro. (P2)

O rendimento desses meus alunos é fraco. (P3)

Muito baixo, o rendimento da minha aluna com deficiência. (P7)

Vou ser sincera o rendimento é baixo com relação aos demais alunos. (P9)

Poderia ser melhor, se houvesse mais interesse dele. (P10)

O rendimento dele é baixo, mais só dele esta na sala de aula já é um avanço pois interage com os colegas. (P11)

Percebe-se que de acordo com essas respostas os professores não estão avaliando as peculiaridades dos alunos, estão avaliando com ênfase na reprovação e repetência, analisando o rendimento dos alunos com deficiência comparando com o rendimento dos demais. De acordo com Monteiro (1989), apresentando as ideias de Vygotsky, as avaliações devem ser elaboradas com o intuito de despertar no aluno o interesse e que estas também possuam um sentido para o desenvolvimento potencial do aluno, dessa maneira, o professor precisa reconhecer o que o aluno sabe (zona de desenvolvimento real) para por meio de suas interações pedagógicas (zona proximal) possa então fazer com que o aluno consiga progredir e adquira novos conhecimentos (zona potencial).

Vale salientar que é importante que a escola tenha consciência de que as dificuldades apresentadas pelos alunos é resultado do modo como se ministram o ensino e de como os avaliam.

Foi questionado se a Secretária de Educação se preocupa em identificar e acompanhar o rendimento dos alunos com necessidades especiais ou se isso é tarefa só das escolas, a mesma respondeu que “o acompanhamento é feito pelo programa Educação inclusiva, monitorando o desenvolvimento da criança em sala” (S.E). Vale ressaltar que é importante saber que a política pública deve ter um papel atuante no que diz respeito à educação inclusiva, participando ativamente de todos os processos da escola, visando propiciar educação para todo, levando-se em consideração que é dever do estado garantir tais direitos, como citado na Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989.

Foi questionado também como a Secretária de Educação avaliava se as escolas do município estavam oferecendo um atendimento necessário às demandas dos alunos com necessidades especiais, como se pode observar na fala abaixo a mesma afirmou que avaliava sim:

Nós avaliamos a escola em encontros pedagógicos e planejamento da mesma. (S.E)

Para tanto é necessário que a política pública exerça um papel instigante para que as escolas cumpram seu dever exigido pelas legislações e declarações. Foi ainda, questionado para a secretária de educação quais foram os avanços identificados nos dois últimos anos em relação ao atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais, a mesma respondeu que “ *foi a maior procura pelas famílias e o investimento em formação e capacitação* (S.E). Para finalizar, vale ressaltar que quando os gestores e professores foram questionados, sobre formação continuada na área de inclusão escolar, especificamente sobre n.e.e, eles afirmaram que não existia oferecimento de nenhum curso de formação continuada nesta área contradizendo as informações da SE.

Quando analisados os documentos sobre rendimento escolar dos alunos com n.e.e., constatou-se por meio das vozes dos professores, que para eles, a avaliação é realizada em todo o processo escolar e no final de cada ciclo, que a mesma é entendida como um percurso permanente e processual que envolve os sujeitos, conteúdos e procedimentos. Mas, quando analisados os documentos sobre o rendimento escolar de cinco alunos com n.e.e., observa-se que nele não há aspectos qualitativos de aprendizagem, somente aspectos quantitativos, os quais só apresentam a nota dos alunos e nem documento sobre como os professores registram ou acompanham qualitativamente a aprendizagem do aluno foi entregue a pesquisadora.

Nos documentos analisados, identifica-se que o mesmo é um boletim escolar no qual há notas distribuídas ao longo de bimestres letivos e para todos os alunos com n.e.e., verificou-se que o rendimento escolar está entre 3,5 (três e meio) e 6 (seis), sendo todos reprovados no último ano letivo. Nos anos anteriores, observa-se nos documentos que pelos menos uma vez cada aluno desistiu de continuar os estudos.

A série correspondente a cada aluno é: Aluno A e B estão no 6º ano; Aluno C, D e E estão no primeiro ciclo, ou seja, 1ª série. Este dados nos permite afirmar que o discurso sobre avaliação está baseada em fundamentos teóricos segunda Luckesi e Hoffman, todavia, documentalmente, não se constata está prática. O que nos permite alertar sobre a impropriedade sobre práticas de inclusão escolar, que prevê adaptações curriculares como previsto em documento oficiais do MEC (PCN Adaptações Curriculares, 1988) e teóricos da educação baseada em uma concepção inovadora como Hoffman (2000); Luckesi (2002), Vasconcelos (1998).

## V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é um tema aberto, que merece atenção e profunda reflexão capaz de conduzir a ações efetivas de reconhecimento e de aceitação do diferente em sua singularidade.

As modificações são essenciais para que a inclusão realmente aconteça, exige dedicação e esforço de todos, mudanças desde o planejamento, formações de docentes, alocações de recursos até flexibilização curricular, para que o ensino possa ser visto como de qualidade.

Nesse trabalho, observamos que a inclusão é um processo que vem caminhando a passos lentos e que em uma escola do ensino regular, pública do município de Remígio, estado da Paraíba, ainda falta muito o que fazer, para que ela realmente se caracterize como uma escola inclusiva.

Analisando a política de inclusão, avaliou-se que na concepção geral dos entrevistados, o tema inclusão escolar ainda é muito superficial, os mesmos não sabem ao certo do que se trata, se sentindo despreparados com muitas dúvidas de como se lidar com os alunos com necessidades especiais, constatando-se assim que seria necessário que houvesse inicialmente uma capacitação profissional desses profissionais, para que assim pudessem se tornar agentes qualificadores do ensino inclusivo.

Constatou-se que não há adaptação adequada com relação à acessibilidade, com relação ao planejamento de aula e nem mesmo na forma de avaliação. Os professores avaliam os alunos com deficiências da mesma forma exigente e burocrática dos outros alunos, não fazendo uma avaliação adaptada as peculiaridades dos mesmos. E para se alcançar a igualdade aceitando a diversidade é necessário profundas mudanças nesse âmbito social.

Quando se refere às dificuldades, estes se encontram em grandes números, identificando-se pelo despreparo profissional, falta de conhecimento teórico e prático dos professores, falta da construção de um projeto político pedagógico baseado nos princípios de inclusão escolar.

Finalizando, ressaltamos que a inclusão escolar está apenas começando, o caminho é longo. Porém, é possível construir uma escola inclusiva, mas é necessário que todos os envolvidos nesse processo estejam sólidos com um projeto político-pedagógico que atenda a diversidade, na garantia de que todos com ou sem deficiência possam tornar-se seres ativos e participativos numa sociedade sem discriminação. Sem investir na formação contínuo dos profissionais da educação e o investimento material nas escolas, o processo de inclusão

apresentará mais e mais dificuldades. Por este motivo, alertarmos sobre a necessidade de ações indutoras do Estado, e das universidades públicas que poderiam auxiliar ao seu redor com atividades extensionista nas escolas públicas.

## **REFERÊNCIAS**

AMARO, D. G. **Educação Inclusiva, Aprendizagem e Cotidiano Escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ARANHA, M. S. F. **Inclusão Social e Municipalização**, In: Novas Diretrizes da Educação Especial. São Paulo: Secretaria Estadual de Educação, p. 12-17, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdos**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BEYER, Hugo Otto. Da Integração Escolar à Educação Inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto (Org.). **Inclusão e Escolarização: Múltiplas Perspectivas**. Porto alegre: Mediação, 2006, p. 73 – 81.

BOGDAN, R.C; BIKLEN. S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Porto editora, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução 2/2001**. Diário Oficial da União. Brasília, 14 de setembro de 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Conselho de Educação do Distrito Federal**. Resolução nº 1/2009-CEDF, 16 de junho de 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, Secretaria de Educação Especial: MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_; **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394, 1996.

\_\_\_\_\_; **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 5.692/71, 1971.

\_\_\_\_\_; **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 4.024/61, 1961.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 2003.

ESTEBAN, M. T. A avaliação no cotidiano escolar. In: ESTEBAN, M.T. (Org.) **Avaliação uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, P.7-28.

FERREIRA, W. B. Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. David Rodrigues (Org.). São Paulo: Summus, 2006. p. 212-236.

FREITAS, A. S. **A questão da experiência na formação profissional dos professores**, In FERREIRA, A. T. B. (Org). Formação continuada de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FONSECA, Vitor da. **Tendências futuras da educação inclusiva**. Rev. Educação, Porto Alegre: PUCRS, nº. 49, mar, 2003.

GLAT, R. **A integração de portadores de deficiência: uma reflexão**. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro. Sette letras. (Questões atuais em educação especial, v. 1). 1998.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. DE; TOSCHI, M.S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. Coleção Docência em Formação / Coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta. 2<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 14. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial - Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares**, 1998.

MADER, G. Integração da pessoa com deficiência: a vivência de um novo paradigma. In: MANTOAN, M.T.E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memmon, 1997, p. 44-50.

MANTOAN, M<sup>a</sup> Teresa Eglér. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. In: Nova Escola, maio de 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p.183-210.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de educação, Campinas, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006.

MONTEIRO, Mariângela Silva. **Vygotsky um Século Depois**. São Paulo: Artes Médicas, 1989.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007. SOUZA, A.M; RODRIGUES, F.L.V. Módulo III: **Pedagogia educação inclusiva**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**.trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TESSARO, N.S. **Inclusão escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994.

\_\_\_\_\_. **Declaração sobre os direitos de Todos à Educação**. Jomtien: Tailândia, 1990.

VASCONCELLOS, G.S. **Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação**.São Paulo: Libertad,1998.

VIZIM, Marli; SILVA, Shirley. **Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiências**. Campinas, SP: Mercado de Letras 2003. p.51.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICES (1) TERMO DE AUTORIZAÇÃO A DIRETORA DA ESCOLA

Remígio, 13 de Junho de 2012.

Eu, Jéssica Kellery Levino da Costa Andrade, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade nº3366120-SSP-PB, residindo na Rua Manoel Francisco dos Santos de nº 30, em Remígio, estudante do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba, em Areia, venho requerer por meio deste, autorização para que possa desenvolver a pesquisa denominada: **INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS NO ENSINO REGULAR EM ESCOLA PÚBLICA NO MUNÍCIPIO DE REMÍGIO/PB**, na instituição Gercina Eloy Freire, a fim de obter as informações necessárias para meu trabalho de conclusão de curso. Tal pesquisa tem como objetivo geral: Avaliar como está se constituindo o processo de inclusão de uma escola do sistema público municipal de educação, na cidade de Remígio, relacionado, especificamente em relação às pessoas com deficiência.

Sem mais agradeço antecipadamente.

Nestes Termos

P. Deferimento

---

Jéssica Kellery Levino da Costa Andrade

---

Assinatura do (a) diretor (a) da Escola

## APÊNDICES (2) TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_,  
funcionária (o) da Secretária de Educação do Município de Remígio-PB, autorizo a pesquisadora Jéssica Kellery Levino da Costa Andrade, sob orientação da Professora Dr. Ana Cristina Silva Daxenberger, do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba, em Areia, desenvolver o projeto de pesquisa intitulado: **INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS NO ENSINO REGULAR EM ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE REMÍGIO/PB**, a fim de obter as informações necessárias para meu trabalho de conclusão de curso. Tal pesquisa tem como objetivo geral: Avaliar como está se constituindo o processo de inclusão de uma escola do sistema público municipal de educação, na cidade de Remígio, relacionado, especificamente em relação às pessoas com deficiência.

Declaro ter sido informado e estar devidamente esclarecido sobre o objetivo e intenções deste estudo e sobre os procedimentos de tal, e concordo em participar voluntariamente do mesmo.

Estou ciente de que os dados colhidos serão para a pesquisa científica e que podem ser utilizados para publicações.

Remígio, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Jéssica Kellery Levino da Costa Andrade

RG: 3366120

## **APÊNDICES (3) – MODELO DE ENTREVISTA PARA OS GESTORES DA ESCOLA**

### **IDENTIFICAÇÃO:**

- Nome: \_\_\_\_\_
- Idade: \_\_\_\_\_ - Formado em: \_\_\_\_\_ -Tempo de Magistério: \_\_\_\_\_
- Pós Graduação *latu-senso*: \_\_\_\_\_
- Pós Graduação *stricto-senso*: \_\_\_\_\_

### **QUESTÕES:**

1. O que você entende por inclusão escolar?
2. Você concorda com a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência no ensino regular? Por quê?
3. A escola permanece com alunos com deficiências ou prefere transferir para uma escola especial?
4. Há quanto tempo à escola vem trabalhando com a inclusão escolar?
5. Como a gestão orienta seus professores a lidarem com os alunos que têm deficiência?
6. A escola em que você trabalha possui (em) alunos com necessidades especiais?
7. A escola em que você trabalha possui estrutura física adequada para alunos com necessidades especiais? Como a gestão analisa a estrutura física da escolar em relação à acessibilidade?
8. Na escola existem materiais didáticos adequados para se trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais? Quais são estes materiais?
9. A escola dispõe de verbas para a compra de materiais pedagógicos adaptados? Qual é a procedência dessa verba?
10. Como a gestão da escola proporciona ações propositivas para a construção de uma escola inclusiva?
11. A escola está oferecendo um atendimento necessário às demandas dos alunos com necessidades educacionais especiais?
12. Como a gestão avalia o rendimento escolar de seus alunos com Necessidades Especiais?
13. Quais foram os avanços e quais foram às dificuldades que a escola encontra para se constituir como uma escola inclusiva?
14. Quantos alunos com alguma necessidade educativa especial estão matriculados na sua escola?
15. Qual a relação da escola com os pais dos alunos com NEE?

## APÊNDICES (4) – MODELO DE ENTREVISTA PARA OS PROFESSORES

### IDENTIFICAÇÃO:

- Nome: \_\_\_\_\_
- Idade: \_\_\_\_\_ - Formado em: \_\_\_\_\_ -Tempo de Magistério:\_\_\_\_\_
- Pós Graduação *latu-senso*: \_\_\_\_\_
- Pós Graduação *stricto-senso*: \_\_\_\_\_

### QUESTÕES

- 1- O que você professor entende por inclusão escolar?
- 2- Você concorda com a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência no ensino regular? Por quê?
- 3- A gestão orienta você professor a lidar com os alunos que têm algum tipo de necessidade especial?
- 4- Você já fez algum curso preparatório para lecionar para alunos com necessidades especiais? Porque?
- 5- Você já teve algum aluno com necessidades especial? Qual?( física, visual, auditiva, superdotação, dislexia e/ ou Intelectual)? Qual?
- 6- Caso não tenha nenhuma especialização, gostaria de se especializar em alguma área?
- 7- Como você estar construindo suas práticas inclusivas dentro do ambiente escolar?
- 8- Você se sente preparado (a) para atuar com pessoas com algum tipo de deficiência?
- 9- Existe um bom relacionamento com os familiares dos seus alunos?
- 10- Você faz atividades pensando nos seus alunos com necessidades especiais? Como são essas atividades?
- 11- Você faz pesquisas na busca de práticas de ensino para lhe auxiliar no seu trabalho com os alunos que tem necessidade especial?
- 12- Quais são os parâmetros que você utiliza para avaliar seu aluno com NEE?
- 13- Na escola em que você leciona existe materiais didáticos adequados para se trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais? Quais são estes materiais?
- 14- Quais as dificuldades que você professor enfrenta para trabalhar com alunos com NEE?
- 15- Você acha que a escola em que leciona está oferecendo um atendimento necessário às demandas dos alunos com necessidades educacionais especiais?
- 16- Como você avalia o rendimento escolar de seus alunos com NEE?
- 17- Como você analisa a estrutura física da escolar em relação à acessibilidade?
- 18- Como os alunos ditos “normais” costumam reagir aos alunos com algum tipo de deficiência?

19- Você trabalha com os alunos para que eles aceitem os colegas deficientes?

## **APÊNDICES (5) – MODELO DE ENTREVISTA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

### **IDENTIFICAÇÃO:**

- Nome: \_\_\_\_\_
- Idade: \_\_\_\_\_ - Formado em: \_\_\_\_\_ -Tempo de Magistério: \_\_\_\_\_
- Pós Graduação *latu-senso*: \_\_\_\_\_
- Pós Graduação *stricto-senso*: \_\_\_\_\_

### **QUESTÕES:**

- 1- Qual é o seu conceito de inclusão escolar?
- 2- Você esta de acordo com a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular? Por quê?
- 3- Porque você buscou trabalhar com o tema inclusão?
- 4- A Secretária oferece ou já ofereceu cursos de capacitação de professores para atender alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)? Se a resposta foi sim, qual o nome dos cursos? E qual tempo de atuação?
- 5- Se a prefeitura oferece tais cursos, no entanto, esses são disponibilizados para todos os professores da rede pública? Quem tem acesso?
- 6- Há a disponibilização de recursos didáticos de acordo com a necessidade?
- 7- Você tem conhecimento de como está o caminhamento do processo de inclusão desses alunos nas escolas?Se a resposta foi sim, como?
- 8- Há resistência de gestores e professores em relação à matrícula de alunos com alguma deficiência em sua sala de aula? Qual a opinião deles sobre isso?
- 9- Há algum tipo de orientação para os gestores das escolas sobre o atendimento dos alunos com necessidades educativas? Se a resposta foi sim, quais seriam essas orientações?
- 10- Quantos alunos com NEE a rede municipal atende ao todo?
- 11- Como a Secretaria de Educação avalia se as escolas do município estão oferecendo um atendimento necessário às demandas dos alunos com necessidades educacionais especiais?

**APÊNDICES (6) – MODELO DE ENTREVISTA PARA A COORDENADORA PEDAGÓGICA**

**IDENTIFICAÇÃO:**

- Nome: \_\_\_\_\_
- Idade: \_\_\_\_\_ - Formado em: \_\_\_\_\_ -Tempo de Magistério: \_\_\_\_\_
- Pós Graduação *latu-senso*: \_\_\_\_\_
- Pós Graduação *stricto-senso*: \_\_\_\_\_

**QUESTÕES:**

- 1- A prefeitura incentiva às escolas municipais a receberem alunos com deficiências? Como?
- 2- Qual a orientação que a prefeitura oferece para os gestores e professores, para lidarem com esses alunos com necessidades especiais?
- 3- A prefeitura se preocupa em identificar e acompanhar o rendimento dos alunos com deficiências ou isso é tarefa das escolas? Como é feito este acompanhamento?
- 4- A prefeitura costuma encaminhar os alunos com deficiências para instituições especiais? Quais são os trâmites para este encaminhamento?
- 5 – Quantos alunos com NEE a rede municipal atende ao todo?
- 6 – Quais são as ações da Coordenadora Pedagógica para o aperfeiçoamento dos professores em relação à inclusão escolar?
- 7 – Há orientações específicas para inclusão escolar? Quais são elas? Como estão sendo implementadas?
- 8 – Há algum investimento em salas de recurso para as escolas que atendem aluno com NEE?
- 9 – Quem atua nestas salas de recurso?
- 10- Quais são as dificuldades que a Coordenadora enfrenta para oferecer um melhor atendimento aos alunos com NEE ?
- 11- Quais são os avanços identificados nos último dois anos em relação ao atendimento dos aluno com NEE?
- 12- Como a Secretaria de Educação acompanha o rendimento escolar de seus alunos?
- 13- Como a Secretaria de Educação avalia se as escolas do município estão oferecendo um atendimento necessário às demandas dos alunos com necessidades educacionais especiais?